

PLANO DE TRABALHO DO SETOR EDUCAÇÃO DO CNRH
ÁREA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Sugestões

I. Introdução

A área das aplicações tecnológicas no ensino, considerando, principalmente, o uso do rádio e da televisão, vem sendo objeto de preocupação, no plano federal, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Assim mesmo, sabe-se que o órgão específico do MEC, para o setor, o PRONTEL (Programa Nacional de Teleeducação) vem, por uma série de razões, se limitando a, praticamente, transferir recursos às entidades federais e estaduais que produzem e veiculam programas de rádio e TV educativas.

Enquanto se aguarda a aprovação do Regimento Interno da nova Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT), que deve substituir o PRONTEL, este ainda vem atuando com a sua antiga estrutura, embora a sua Comissão de Administração tenha sido desativada.

II. O Projeto SATE e o PRONTEL

No final da década de 60 se acreditava dever existir um mecanismo formal e interministerial, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, para cuidar das tecnologias educacionais. Assim, o Decreto nº 65.239 de 26 de setembro de 1969, criou uma estrutura técnica e administrativa para a elaboração do projeto de um Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais, incluindo o rádio, a televisão e outros meios. Era o Projeto SATE.

O Decreto criava uma Comissão Interministerial integrada pelos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral, da Educação e Cultura, das Comunicações e da Fazenda, bem como pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas. Posteriormente, pelo Decreto nº 66.119, de 26 de janeiro de 1970, inclui-se o Ministro das Relações Exteriores.

Para efeito de assessorar a Comissão de Ministros foi criado um Grupo Técnico de Coordenação, da qual faziam parte representantes do Ministério do Planejamento (IPEA), do Conselho Nacional de Telecomunicações, do Conselho Federal de Educação, da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e do Ministério das Relações Exteriores.

Nas justificativas do Decreto se considera que "a utilização de uma nova tecnologia educacional, através de um sistema integrado de televisão, rádio e outras técnicas educativas permitiria atingir toda a população escolarizável do país e assegurar um serviço de educação permanente aos adultos".

A prática mostrou ser irrealista o mecanismo previsto para o SATE, principalmente por que se esperava que uma Comissão de 5 ministros se reunisse para tratar, especificamente, de "tecnologia avançada" na educação. Constatado o equívoco, tácitamente se concordou que os trabalhos prosseguissem no âmbito do CNRH/IPEA.

Paralelamente aos esforços desenvolvidos pelo CNRH, o MEC passou a reivindicar a sua primazia para as questões relacionadas à tecnologia do ensino. Por outro lado, as pessoas que atuavam nas instituições de rádio e TV defendiam a existência de um organismo de coordenação, que pudesse orientar, treinar pessoal e canalizar os recursos financeiros do governo federal, destinados à teleducação.

Foi então que surgiu o PRONTEL (Programa Nacional de Teleducação), organismo de natureza transitória, com o objetivo de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas através do rádio e da televisão e de outros meios, de forma integrada com a Política Nacional de Educação (Decreto nº 70.185 de 23 de fevereiro de 1972).

Na estrutura definida para o PRONTEL vamos encontrar uma Comissão de Administração que, lembrando a constituição interministerial do Projeto SATE, previa representantes dos Ministérios da Educação e Cultura (com 2 membros), do Planejamento, das

Comunicações e da Fazenda, com um membro titular e um suplente cada.

Lamentavelmente, o PRONTEL não teve, desde o início, força, flexibilidade e prestígio suficientes para o exercício de uma real coordenação.

Assim, nascido tímido, fraco e provisório, não pode cumprir, totalmente, a sua missão. Apesar de tudo, foi possível, nesses oito anos, ter uma certa presença na área, prestando orientação e assistência técnica e apoiando financeiramente alguns projetos significativos. Proporcionou, ainda, uma assessoria ao MEC, vinculado que é à Secretaria Geral.

III. O Papel do CNRH/IPEA

O CNRH, que teve participação no início do Projeto SATE, intensificou a sua presença na área quando passou a conduzir, em seu âmbito, o referido Projeto.

Foi nessa época que realizou importantes estudos, como o "Diagnóstico da TV Educativa no Brasil", que não chegou a ser publicado, mas circulou em cópias xerox, e o diagnóstico de rádio, publicado sob o título "Rádio Educativo no Brasil - Um Estudo". Além disso iniciou o "Diagnóstico do Ensino por Correspondência", concluído por Lúcia Guarany e Cláudio Moura Castro; e publicado, recentemente, sob o título "O Ensino por Correspondência: uma Estratégia de Desenvolvimento Educacional no Brasil".

Foi, também, graças ao apoio financeiro propiciado pelo CNRH/IPEA, com base em estudos do Projeto SATE, que se iniciou o NUTES (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde) na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cabe destacar que os mencionados diagnósticos são únicos no país, lamentando-se que o estudo sobre TV Educativa não tenha sido publicado, e ainda o grande atraso verificado na impressão daqueles relacionados ao rádio e ao ensino por correspondência.

Caso isso não tivesse ocorrido, certamente a sua influência teria sido bem maior.

Mesmo assim, é inegável a importância desses trabalhos, seja pelos dados coligidos, seja pelas análises e recomendações feitas.

Sabendo que as atividades relativas às aplicações tecnológicas no ensino são realizadas diretamente pelo MEC (Serviço de Radiodifusão Educativa e Fundação Centro Brasileiro de TV educativa) e pelos Estados, com o apoio do Ministério da Educação, parece-nos acertado que estudos com caráter de diagnóstico sejam conduzidos por órgãos não envolvidos na produção e utilização de programas.

Por tudo isso é que julgamos deva o CNRH prosseguir interessado na questão, não apenas conhecendo os acompanhamentos convencionais - que de fato têm sido meras apresentações de execução físico-financeira - mas dando contribuição maior e mais conseqüente. Nesse sentido é que a atualização dos estudos já produzidos, bem como a condução de novos trabalhos, se nos afigura como tarefa indispensável e urgente.

IV. Tecnologia Educacional, Rádio e TV

Muito embora se venha falando, há algum tempo, em Tecnologia Educacional como "um modo sistemático de planejar, implementar e avaliar o processo de instrução, tendo em vista objetivos específicos e com base nas pesquisas de aprendizagem e comunicação, empregando recursos humanos e materiais de maneira a tornar o ensino mais efetivo", o que entre nós, de fato existe, é a tentativa de se usar o rádio e a TV como finalidades educativas. E, se estamos envolvidos apenas neste aspecto - uma parte da Tecnologia do Ensino - ainda assim muito pode ser feito, no sentido de se tirar o maior proveito social desses meios de comunicação.

Para tanto, uma das primeiras providências é conhecer bem, o estado atual das coisas. Ora, há, no momento, uma série de programas instrutivo-educativos sendo veiculados e dos quais pouco se sabe sobre a sua eficácia e os seus reais custos.

As iniciativas se sucedem de forma espasmódica, muitas vezes personalista, sem planejamento e sem consequência. Ao que tudo indica prossegue o equívoco de se considerar que a radio difusão educativa se esgota na produção de programas e na sua sim ples colocação no ar.

V. A Teleducação, Hoje

Atuam, no momento, na área da radiodifusão educativa:

- a) o Ministério de Educação e Cultura, por seus dois centros nacionais de produção: a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa que mantém um canal de televisão no Rio de Janeiro, e o Serviço de Radiodifusão Educativa, responsável pela Rádio MEC e pelo Projeto Minerva.

Quanto às emissoras educativas, duas pertencem à Uni versidades Federais, a saber, a TV Educativa do Rio Grande do Nor te e a TV Universitária de Pernambuco, que recebem recursos das universidades a que estão vinculadas e do MEC/PRONTEL.

- b) As emissoras estaduais de TVE (Amazonas, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul, embora tenham surgido graças a recursos iniciais dos próprios Estados, logo se revelaram dependentes do governo federal. Assim, qualquer sinal de sua vitalidade está na razão direta do aporte financeiro do MEC.

A estação educativa de São Paulo é um caso a parte. Contando com vultosos orçamentos, pode montar uma invejável infraestrutura material e contratar profissionais a preço de mercado. Até hoje não recebeu qualquer apoio financeiro federal. Em apenas uma oportunidade participou de uma co-produção com o MEC por intermédio do PRONTEL.

Mais voltada à produção dos chamados programas culturais, dedica-se pouco à área instrutiva.

A propósito da programação instrutiva, a nível de su pletivo, obteve destaque o "Telecurso de 2º Grau", que a Fundação

Roberto Marinho realizou e vem exibindo na Rede Globo, em suas emissoras filiadas e em todas as educativas.

A presença das Organizações Globo na teleducação brasileira, por suas várias implicações, é fato que merece um estudo aprofundado.

À exceção dos Estados do Maranhão e Ceará, onde a preocupação maior se voltou para uma programação instrutiva integrada aos sistemas de ensino de 1º grau, as demais emissoras educativas têm acentuado pendor para as emissões "culturais" (aí incluído o futebol) e para o supletivo. Aliás, essa sempre foi a tendência da própria Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, do MEC.

Ainda se aguarda pela utilização do rádio e da TV, como enriquecimento e complementação do ensino regular de 2º grau.

Igualmente se espera por maior participação da iniciativa privada em projetos teleducativos, em conjugação natural de esforços, o que acontecerá quando houver consciência plena das responsabilidades sociais dos concessionários de um serviço público. Aliás, não vemos como ignorar a presença e a força das emissoras comerciais, quando se pensa na potencialidade do rádio e da TV com finalidades educativas e instrutivas.

O divórcio que se observa só pode conduzir à existência de "guetos" educativos, de pouca ou nenhuma influência. Urge, portanto, que se tenha um conhecimento atualizado dos meios de comunicação com o levantamento das emissoras existentes, daquelas geridas pelos poderes públicos, da sua disponibilidade de serviços, capacidade de produção, pessoal empregado, situação jurídica, modalidades de organização, recursos financeiros, séries e programas já produzidos etc.

Importante se conhecer como está funcionando o chamado "Sistema Nacional de TV Educativa" que pretende estabelecer um fluxo de intercâmbio de programas entre as emissoras educativas.

Outra área onde há necessidade de uma atenção, a fim de se obter um melhor conhecimento, visando o planejamento e a definição de políticas, é aquela relativa aos recursos audiovisuais no ensino. Se até então falamos no rádio e na TV, agora estamos pensando na gama dos recursos mais simples e que incluem de o flanelógrafo e album seriado até os "slides", as gravações de áudio e os filmes educativos, órfãos, todos eles, de pai e mãe.

Pelas razões expostas e tendo em vista o plano de Trabalho do Setor Educação é que sugerimos a elaboração dos seguintes estudos:

1. "Estudo Preliminar dos Meios de Comunicação Educativa".

Análise das estações do governo (onde, além das educativas, existem outras, com diversas características) e dos centros de produção, que não operam canais.

Verificação de seu funcionamento, organização, produção, transmissão, utilização e custos. Consideração sobre o papel global das emissoras privadas, suas redes e sua influência, diante do esforço educativo.

Especial atenção à análise da eficácia dos programas que vem sendo oferecidos aos adultos, via rádio e TV.

2. "Os recursos audiovisuais no ensino regular: situação e problemas".

Como está a utilização dos recursos audiovisuais simples, nas escolas brasileiras? Qual a situação após o encerramento das atividades dos Centros Audiovisuais mantidos pelo INEP? Que destino foi dado ao equipamento existente nesses Centros? O "glamour" da televisão faz esquecer o valor de outros recursos mais simples e baratos? Para os brasileiros não é verdade que "small is beautiful"?

3. "O uso do rádio e da TV no ensino de 2º grau: possibilidades de enriquecimento e complementação"

O rádio e a TV servindo na sala de aula.

4. Projetos e iniciativas de ensino superior aberto à distância.

Formas de ensino aberto à distância, em nível superior. Projetos piloto.

"Estudo preliminar dos meios de comunicação educativa".

1. Conteúdo:

- a) As emissoras federais e estaduais de rádio e TV
 - Vínculo jurídico
 - Aspectos organizacionais
 - Área de cobertura (potência, retransmissores)
 - Recursos financeiros
 - Pessoal envolvido (treinamento)
 - Capacidade de produção
 - Equipamento existente
 - Produção e veiculação
- b) As emissoras privadas de rádio e TV
 - Número e distribuição geográfica
 - Área de cobertura
 - Produção própria
 - Vínculo à rede
 - Pessoal envolvido
- c) O rádio e a TV na educação de adultos
 - Alfabetização pela TV (Mobral PAF-TV)
 - Projeto Minerva - 1º e 2º graus
 - Curso João da Silva
 - Projeto Conquista
 - Telecurso de 2º grau
 - Séries produzidas regionalmente: IRDEB (Bahia) e FEPLAM (Rio Grande do Sul)
- d) Atuação de outras entidades federais e estaduais (CENAFOR, Ministério do Trabalho, etc).

2. Relação dos órgãos e entidades para a obtenção dos dados, por meio de contatos diretos e/ou questionários.

A) Ministério das Comunicações: para dados relativos à radiodifusão em geral e às emissoras da Radiobrás (Secretaria da Radio difusão e Radiobrás)

ABERT - para dados complementares relativos às emissoras privadas.

- B) Ministério da Educação e Cultura: para informações sobre políticas e planos, centros de produção e emissoras educativas.

Secretaria geral

PRONTEL

INEP

MOBRAL

Projeto Minerva

FUNARTE

EMBRAFILME

CENAFOR

- C) Para informações mais detalhadas sobre as emissoras e centros de produção nos Estados

Amazonas - TEA (Televisão Educativa do Amazonas).

Maranhão - Fundação Maranhense TVE.

Ceará - Fundação TVE.

Rio Grande do Norte - TV Universitária - Universidade Federal RN.

Pernambuco - TV Universitária - Universidade Federal PE (rádio e TV).

Espírito Santo - Fundação Cultural do Espírito Santo.

Rio de Janeiro - Fundação Centro Brasileiro de TVE (Canal 2)

São Paulo - Fundação Padre Anchieta (rádio e TV)

Rio Grande do Sul - TVE Canal 7.

FEPLAM (Fundação Educacional Padre Landel de Moura) Rádio.

Bahia - IRDEB (Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia) Rádio.

3. Pessoal necessário

Considerando a natureza e o volume do serviço - e visando a conclusão do estudo em prazo razoável - estima-se que, além de um responsável principal e com dedicação exclusiva, haja necessidade da participação de outro técnico para a divisão das tarefas.

Para a fase de análise dos aspectos econômico-financieiros (controles orçamentários, custos, etc) há que se ter uma colaboração especializada e definida. O mesmo acontecerá para a parte estatística.

Evidentemente que, igualmente, se espera uma colaboração de todo o Setor Educação - e de outras áreas do CNRH/IPEA, traduzida em sugestões, durante a elaboração do estudo.

4. Cronograma

Para cumprir as fases de coleta de dados (em duas etapas); Elaboração e envio de questionários; Análise; Redação Preliminar e Redação Final, estima-se um período de onze meses e meio, desde que se possa contar com o pessoal mencionado no item anterior.

Supõe-se, também, o apoio administrativo, com os serviços de datilografia, reprodução, expedição, etc.

| TAREFAS | MESES | MAI. | JUN. | JUL. | AGO. | SET. | OUT. | NOV. | DEZ. | JAN. | FEV. | MAR. | ABR. |
|--------------------------------------|-------|------|------------|------|------------|------|------------|------|------|------------|------|------------|------|
| Coleta de dados I | | | ██████████ | | | | | | | | | | |
| Elaboração e envio dos questionários | | | ██████████ | | | | | | | | | | |
| Coleta de dados II | | | | | ██████████ | | | | | | | | |
| Análise questionários | | | | | | | ██████████ | | | | | | |
| Redação preliminar | | | | | | | | | | ██████████ | | | |
| Redação final | | | | | | | | | | | | ██████████ | |